

# Segurança Nacional: uma discussão conceitual

**Enviado em:**

16/01/2013

**Aprovado em:**

01/07/2013

## Aline Aparecida Faé Inocenti

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo  
aline.inocenti@hotmail.com

---

### Resumo

Este artigo tem a intenção de discutir a conceitualização da Segurança Nacional dentro do sistema de implantação do regime cívico-militar no Brasil. Esse conceito vai ao encontro da articulação política executada pelos militares que tiveram sua formação aos moldes americanos, introduzindo no país a Doutrina de Segurança Nacional fundamentada nas ideias estadunidenses de “defesa do território” e o “inimigo interno e externo do sistema”.

42

### Palavras-Chave

Conceito, Segurança Nacional, Regime cívico-militar

### Abstract

This article has the intention to discuss the conceptualization of National Security within the system of deployment of civic - military regime in Brazil. This concept goes to meet of the policy articulation implemented by the military that had their education to the American mold, introducing the country's National Security Doctrine based on American ideas of “homeland defense” and the “enemy within and outside the system”.

### Keywords

Concept, National Security, civic - military regime

### Introdução: Inserção dos Conceitos na Sociedade

“De acordo com uma conhecida frase de Egiteto, não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles” (KOSELLECK, 2006: 97).

A frase citada acima faz parte de uma antiga tradição que se ocupa da

relação entre as palavras e as coisas, entre linguagem e o mundo, focalizando a discussão no mundo conceitual e social. Reinhart Koselleck, ao citar essa frase em uma das suas obras - *Futuro Passado* – faz nos lembrar do poder que as palavras possuem na relação de transmissão sobre fatos e ideias.

Neste sentido, pode-se considerar que o uso de tais palavras ou expressões na sociedade podem servir tanto para se comunicar, quanto para ressaltar seu poderio frente a grupos sociais. Com o passar do tempo estas palavras adquirem um caráter de conceito, de ideia formada, ou de uma tradição se transformando em um costume que passa a ser seguido.

Esses conceitos adquiridos por uma determinada ordem social devem ser parcialmente aceitos por um grupo de indivíduos, para assim formar e formatar os sistemas políticos e ideológicos. Como exemplo disso, pode-se utilizar a efetivação do golpe cívico-militar no Brasil, que foi incorporado pelo grupo dos militares e de alguns civis do país, possibilitando o estabelecimento do regime.

Este golpe utilizou-se de conceitos que advinham de outras sociedades, onde desempenhavam poder dominante sobre a população. Voltados para o conceito de Segurança e de Defesa contra o que acreditavam serem inimigos, o grupo organizou-se e inseriu essas ideias na estrutura social e política do Brasil.

Durante toda a trajetória da humanidade, pode-se visualizar a utilização de conceitos para determinar e compreender certas relações e conflitos. Os acontecimentos de relevância social sempre se utilizam de palavras de significação para caracterizar o fato ocorrido. Pode-se aqui citar a questão do conceito de “guerra fria”, que muito mais do que diz as palavras carrega significados abundantes, o principal deles é o confronto ideológico entre capitalismo e socialismo.

Assim, considera-se que “[...] os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro”. (KOSELLECK, 2006: 102). Nesta dinâmica, pode-se entender que os conceitos surgidos em uma determinada época, carregada de algumas simbologias, não servem apenas para retratar a realidade presente, mas sim para modificar os fatores que estavam envolvidos no acontecimento ou o fato passado.

Assim, cabe ao historiador compreender os conflitos sociais, políticos e ideológicos do passado por meio das delimitações conceituais para se ter uma conclusão, ou uma interpretação do presente, dando ênfase para as mudanças sociais e culturais durante o passar dos anos.

Portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método

especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. (KOSSELECK, 2006: 103).

Existem conceitos que permanecem por entre os tempos, entretanto outros sofrem modificações estruturais em longo prazo dependendo da realidade de cada época e do olhar humano sobre tal termo, levando em consideração toda a camada de sentido estruturado em cada interpretação.

Assim o campo da história dos conceitos necessita atentar para todos os conteúdos semânticos de cada palavra conceitual, entendidos em diferentes épocas históricas. Os processos de mudança e permanência de tais conceitualizações, portanto, podem ser analisados após uma longa série de significados e do uso desses termos na sociedade. Pode-se considerar então, que cada conceito depende da época e da sociedade vivenciada, refletindo a partir do significado dado a ele pelos indivíduos.

Cada conceito é preso a uma ou mais palavras, mas nem toda palavra pode ser considerada conceito social, político ou ideológico. Eles dependem de uma exigência de generalização na sociedade. Para que uma determinada palavra se torne conceito, é necessária a homogeneização da mesma nos preceitos sociais, dependendo sempre dos elementos associados a ela.

Para Koselleck (2006: 109) “[...] uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”. Assim, os conceitos são vocábulos que concentram diversos e abundantes significados. Pode assim, reunir a diversidade da experiência histórica ou ser analisado através de uma única circunstância.

Uma história dos conceitos deve sempre considerar os acontecimentos e as situações políticas e sociais que já tenham sido compreendidos e também os resultados obtidos por uma pesquisa destes determinados eventos na sociedade, para poder compreender seus elementos constitutivos.

Através do trabalho da história dos conceitos, a problematização e as premissas históricas podem ser avaliadas a curto, médio e longo tempo. Ela consegue confrontar mudanças e permanências desses conceitos por entre os anos e fatos sociais decorridos deles.

Dentro deste parâmetro, este artigo busca discutir o conceito de Segurança Nacional, e sua recepção e aplicação no Brasil durante os anos da ditadura cívico-militar (1964 a 1985), apontando suas origens e sua manutenção durante os anos,

e os fatos surgidos com tal acontecimento que modificaram os moldes políticos e sociais do país.

“Traçar a história dos conceitos significa identificar as continuidades e transformações que, dentro da perspectiva de uma imersão definitiva do mundo moderno, constituem os eixos de longa duração da experiência política do Ocidente.” (CHIGNOLA, apud FERES JUNIOR, 2007: 112).

Neste sentido, a análise proposta neste trabalho se baseia no conceito de Segurança Nacional e sua articulação na sociedade durante os anos da ditadura cívico-militar no país, delimitado entre 1964 e 1985. A Doutrina de Segurança Nacional advinda das características propostas pelos Estados Unidos proporciona transformações na esfera política, econômica e social do Brasil.

O golpe militar de 1964 fruto de um processo que buscava a consolidação da hegemonia norte americana no continente americano, foi responsável por uma repressão político-militar no território brasileiro. Em onze de abril de 1964, o primeiro militar a assumir o poder foi o marechal Humberto Castello Branco, caracterizado como “legalista” e “moderado”, pois possuía uma formação intelectual mais refinada, pois agiu com rigor, mas com certos limites. Além dos moderados, existiam os chamados “linha dura”, que tinham por objetivo aplicar a ditadura da forma mais repressiva na população. Castello Branco, no início de seu mandato buscou restabelecer a ordem política do Brasil e voltou a estruturar a democracia. Entretanto, formou uma política onde colocava o poder total nas mãos do presidente, que nesta ocasião já era escolhido por voto indireto através do Congresso. Em 1965 promulga o segundo Ato Institucional (AI) extinguindo todos os partidos políticos, existindo a partir de então, somente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), considerado o partido da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional (LSN) criando as Áreas de Interesse de Segurança nacional, que mais tarde, por decretos, regulamentaria os municípios e regiões consideradas em tal situação; e decretou uma Lei de imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos do golpe.

A articulação civil militar que chegou ao governo através do golpe militar trabalhou a legitimação do golpe através do argumento de que as forças armadas cumpriram seus deveres constitucionais e históricos. O movimento interviu nos rumos da política do país com o objetivo de salvar o Brasil frente à ameaça à democracia e devido ao caos econômico, social e político em que se encontrava o país. É a partir da instalação da ditadura militar, em 1964, portanto, que a

composição de setores civis e militares de direita que toma o poder do país se lança à implantação da Doutrina de Segurança Nacional trabalhada na Escola Superior de Guerra (ESG).

### **Origens do Conceito de Segurança Nacional.**

O conceito de Segurança Nacional presente no Brasil desde o movimento comunista de 1935 se amplia e se intensifica na sociedade por intermédio dos setores militares no contexto da Segunda Guerra Mundial, marcando o advento da Guerra Fria e a disputa de duas ideologias distintas. Surgido a partir do antagonismo entre capitalismo e comunismo, representa uma forma política que os Estados Unidos iniciaram a fim de conterem a União Soviética, buscando evitar, assim, o avanço do comunismo no mundo em disputa. Essa política passa, então, a ser marcada pela forte campanha anticomunista e pela formação de uma frente a partir de uma doutrina comum entre os países adeptos ao sistema capitalista, a fim de fortalecer cada vez mais este modelo socioeconômico. Nesse sentido, Comblin (1978: 55) afirma que “A segurança nacional tornou-se, nos Estados Unidos, uma espécie de palavra-chave, um conceito inserido na linguagem comum, a tal ponto que ninguém mais se interroga sobre seu sentido”.

46

No Brasil a ideologia da Segurança Nacional chega através da ESG e sua inserção na Doutrina de Segurança Nacional. A ESG foi a responsável pela formação dos militares que mais tarde chegam ao poder, implantando na política do país o modelo pautado nessa Doutrina e em seus objetivos, que se baseavam na premissa de defender o Estado contra o que chamavam de “inimigos”, mantendo assim, o país protegido e em ordem. Fundamentados pelo ideário da Segurança Nacional, a ESG e depois os militares no poder, conseguiram impor seus objetivos e suas vontades a toda a população e também a opositores políticos, sem precisar enfrentar nenhum movimento de contestação, já que a Doutrina estava estruturada através das leis do país.

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu a ditadura cívico-militar, anos estes que se caracterizaram pela inserção da política de segurança nacional e a busca pela erradicação do chamado “inimigo interno”. Neste período o grupo militar, dividido internamente entre os radicais de direita e os militares moderados controlaram as decisões do país e governaram a partir das ideias da Segurança Nacional, de maneira a defender os “interesses do país”, mantendo a ordem e a paz.

Este fato originário do regime da ditadura cívico-militar, apesar de suas várias interpretações, teve origem na tentativa de erradicar governos de cunho esquerdista no país, por meio das ideias advindas da ideologia da Segurança Nacional.

“A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”. (COMBLIN, 1978: 54). É através da aplicação dessa Segurança, que o Estado defende os ideais que acredita ser o melhor para a nação, utilizando qualquer forma, sendo esta violenta ou não. Para isso os militares fizeram uso de um aparato legal que sustentava todas as decisões e ações, denominado aqui no Brasil de Atos Institucionais.

A origem do conceito de Segurança Nacional advém dos Estados Unidos com a sua política de defesa contra o comunismo, considerado para eles o “inimigo”. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os estadunidenses reformularam sua política ideológica a fim de reestruturar as bases de seu novo plano político voltado para a defesa da ideologia de Segurança Nacional e para a proteção de seus interesses.

Os Estados Unidos dentro desse contexto buscava cumprir sua meta, que era delimitada como a vitória frente à nova guerra que se aproximara (Guerra Fria). Para isto os objetivos que necessitavam, eram de deter o poder absoluto frente às nações aliadas, para conseguir assim se defender do que estava por vir. “[...] desse modo parece-lhes normal que a segurança – um bem absoluto e ilimitado – seja a meta da guerra, a meta da guerra fria e a meta de sua política externa”. (COMBLIN, 1978: 108).

“Ora, a segurança nacional é por excelência um símbolo “duro”. Para os “duros”, não há outra alternativa contra o isolacionismo – sinal de covardia e de vergonha – senão a política de segurança coletiva da administração dos negócios de segurança nacional.” (COMBLIN, 1978: 108).

Dentro do contexto da Guerra Fria, a política norte-americana pautada no objetivo de Segurança Nacional, passou a ser marcada pelo acentuado anticomunismo iniciando assim, uma forte influência frente às nações que estavam ameaçadas pelo chamado “inimigo”. Seu objetivo era assegurar os mercados tradicionais e os novos que estavam abrindo devido o processo de descolonização de antigos impérios.

Assim, os Estados Unidos organizaram dois planos visando fortalecer o regime capitalista liderado por eles. Primeiro o Plano Marshall, “elaborado para reconstruiu a economia europeia, visando barrar o avanço do comunismo [...]”

(FERNANDES, Antíteses, 2009: 832). Segundo, a Doutrina Trumann “e a sua política de contenção, através da qual os Estados Unidos se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética [...]”.(FERNANDES, Antíteses, 2009: 832).

Esses dois projetos criados pelos Estados Unidos acabaram por “influenciar” em toda a sociedade, modificando as metas políticas de defesa dos interesses nacionais, tanto nos países influenciados pelo capitalismo que deveriam seguir os ideais norte-americanos, quanto para os países socialistas que necessitavam elaborar assim, um projeto econômico e político a fim de se desenvolver em meio a essa conjuntura.

Toda essa concepção intelectual, frente à disputa entre capitalismo e socialismo, está fundamentada no conceito de “interesse nacional”. Esse conceito vai muito além do que se pode pensar em ser do interesse social, pois dentro de cada nação há divergências de ideias na questão do que considerar interesse, e o sobre o que deve se defender.

48

Conseqüentemente, a meta de toda política nacional é a defesa do interesse nacional. O conceito de interesse nacional é muito pouco claro em si mesmo. Assim que se tenta definir lhe o conteúdo, torna-se vago e inapreensível. No entanto é muito enfatizado: nele se vê, acima de tudo, a recusa de qualquer finalidade ideal abstrata. (COMBLIN, 1978: 109).

O fato é que o mundo da segurança nacional apoderou-se do conceito de interesse nacional e integrou-o no sistema como elemento ponderável. (COMBLIN, 1978: 110).

No Brasil, este conceito sempre esteve presente na sociedade, com o intuito de proteger o território nacional contra os inimigos internos, ou contra a ameaça externa. Entretanto, mais recente e objeto desse estudo, é dado ênfase ao período cívico-militar, onde as forças governamentais utilizavam dessa conceitualização para explicar toda e qualquer ação desempenhada por eles.

a segurança nacional é eminentemente política e, portanto, ideológica; é uma das modalidades de que se reveste a política geral de um país. Seu conteúdo não é estático, mas historicamente variável. Um mesmo país terá políticos de segurança nacional diferentes, conforme as etapas de seu desenvolvimento. (REZNIK, 2004: 36 *apud* Ramos, 1957).

A partir desse período, com esses ideais muito fortemente ligados à política

interna e externa do país, a Segurança Nacional passa a ser uma regra para a Nação poder se desenvolver e se proteger. E que para todos os objetivos entendidos para o desenvolvimento do país sejam alcançados é necessário a implementação dessa Doutrina nos âmbitos sociais e políticos.

Para os que se dedicavam a refletir sobre o assunto, segurança nacional referia-se diretamente ao bem-estar na nação. [...] Suas aspirações, seus interesses próprios deveriam se traduzir em “objetivos nacionais”. Caberia ao Estado a formulação de uma política de segurança nacional, capaz de salvaguardar esses objetivos nacionais, tendo como parâmetro o bem-estar da nação, qual seja: soberania nacional, um sistema de governo que assegure as liberdades públicas e uma economia basicamente livre. (REZNIK, 2004: 34).

Com o fundamento de bem-estar social ligado ao conceito, a sociedade inicia a implementação das características da Segurança Nacional como sendo a única maneira na época (Golpe Militar – 1964) de poder assegurar sua economia e sua política nacional, sem correr riscos de ser atacados ou ser influenciados pelo “maléfico” comunismo. Constituindo assim o aparato legal que regia a sociedade - Lei de Segurança Nacional e Atos Institucionais – a partir da influência exercida pelos Estados Unidos sobre os militares que se preparavam nos colégios ou escolas de guerra.

49

A preparação direta para o novo regime militar brasileiro foi a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949. Porém os homens que fundaram a Escola Superior de Guerra para imitar o National War College de Washington e introduzir suas doutrinas no Brasil não partiram do nada. (COMBLIN, 1978: 151).

O National War College, fundado em 1946 pelos Estados Unidos, teve como objetivo a criação de um centro coordenado para estudar e aprimorar a política externa dentro do contexto da Guerra Fria, visando a segurança do território e da nação. Ele também foi responsável pela criação da Doutrina de Segurança Nacional, que mais tarde foi difundida pelos países da América Latina.

Após a Revolução Cubana, com a disseminação da ideia do avanço comunista, foram realizados programas militares que ensinavam sobre a proteção contra esse novo modelo político-econômico, considerando por alguns grupos “um modelo maléfico” para a sociedade. Os primeiros treinamentos foram realizados na zona de ocupação do canal do Panamá e estendidos para os militares de toda a América Latina, orientando sobre a estratégica de contenção da expansão desse



regime, iniciando a defesa pela segurança interna.

[...] é dentro dessa perspectiva de implicar atores na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico, por detrás dessa ação, objetivou o combate dos focos de descontentamento e de agitação social que podiam desestabilizar a região. (PADRÓS, 2005: 210).

Dessa forma, a enorme rede de comunicação criada pelos Estados Unidos com os países da América Latina a partir de centros de instrução e de missões militares, acabou por reforçar ainda mais a ideologia do conceito de Segurança Nacional e sua aplicação pelos militares, que no momento eram as pessoas treinadas e indicadas para tal situação. Assim, mais uma vez fortificava a ideia que somente um governo militar conseguiria organizar e recuperar o desenvolvimento de um país que passava por uma crise econômica ou devido a existência de um governo com abertura para os ideais comunistas<sup>1</sup>.

50

Assim, sob a influência dessa instituição, os países latinos americanos fundaram suas próprias escolas de guerra, tendo a mesma finalidade: a segurança e proteção de sua nação.

No Brasil foi fundada a Escola Superior de Guerra, a qual determinou a aproximação de setores civis e militares, uma campanha que já vinha se estruturando na sociedade brasileira a muito tempo. Esta Escola, mais tarde vai recepcionar a Doutrina de Segurança Nacional teorizando o conteúdo ideológico para a aplicação manutenção do golpe militar em 1964.

A Escola Superior de Guerra teve suas origens remotas em 1922, época de despertar nacional em vários setores e anos também do modernismo nacional. Neste mesmo período um pequeno grupo de tenentes se organizou e ocupou por algumas horas o Forte de Copacabana querendo o poder, esse episódio é conhecido pelo movimento do Tenentismo. Essa tentativa fracassou no momento, mais serviu de ponto inicial para a organização dos militares enquanto grupo para protagonizar a política do país. Desse modo, dentro de uma linha evolutiva o exército passou a

---

1 No caso o governo citado aqui, seria o governo de Jânio Quadros e depois de João Goulart, que por disseminar ideias de reforma agrária e reformulações sociais, acabaram por ser considerados governos pré-comunistas por alguns grupos políticos brasileiros.

ter participação ativa na política do Estado, aonde em 1964 chega ao poder, a partir de uma estruturação ideológica, baseada na metodologia desenvolvida pelas suas instituições de guerra e proteção.

Além de toda a influência norte americana, os objetos de análise desse grupo se fundamentaram no pensamento positivista: progresso, ciência e indústria; no novo nacionalismo, onde se destaca a busca por um Brasil grande e poderoso; nas ideias políticas pautadas no novo liberalismo econômico, argumentando que o país ainda não estava suficientemente maduro ou organizado para a democracia, sendo necessário um autoritarismo político centrado na importância da geopolítica, que passa a ser o elemento necessário para o país cumprir seu destino em ser potência mundial.

A Escola Superior de Guerra é uma instituição de “próprio gênero”, sendo independente do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ela destina-se a formar uma classe dirigente de civis e militares<sup>2</sup>. Desde o início esta, formulou conceitos fundamentais esquematizando a Doutrina de objetivos nacionais, segurança nacional, poder nacional e estratégia nacional.

Até 1964, os teóricos da ESG<sup>3</sup>, são pouco explícitos quanto aos seus objetivos em relação ao regime político do país, não colocando em ação a Doutrina de Segurança Nacional no estado, defendido por eles. Com o golpe cívico-militar a oportunidade de se colocar em prática todos os seu ideais se torna possível. Assim:

Ascendendo ao poder, tinham duas ideias muito claras: sua Doutrina de Segurança Nacional lhes proporcionava finalmente um instrumento para governar o país, e o destino do Brasil estava ligado ao dos Estados Unidos [...].(COMBLIN, 1978: 157).

Desse modo, a Doutrina de Segurança Nacional, através dos militares apoiados pela elite civil, foi adotada pela política brasileira com pouca reação adversa, pois o movimento reacionista não possuía no momento força para se contrapor, se comparado ao aparato que possuíam os militares.

### **A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil.**

O golpe cívico-militar e a manutenção desse regime sofreu influência direta

---

2 COMBLIN, Pe J. A Ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, P. 153.

3 ESG: Escola Superior de Guerra.

da Doutrina de Segurança Nacional, como já citado anteriormente. Ela forneceu inerentemente a estrutura necessária para a instalação e a manutenção de um estado forte com uma determinada ordem social.

“Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. (BORGES, 2003: 24).

Essa Doutrina pode ser assim considerada como o esqueleto teórico que fundamentou os regimes cívico-militares com justificativas na emergência das Forças Armadas assumirem o conturbado cenário político dos anos 60. Ela foi disseminada através de academias e escolas de guerra, formando quadros de profissionais especializados na área com os preceitos de bipolaridade, delimitação de zonas de influências, caracterização do inimigo e conseqüentemente sua derrota frente aos combates e a introdução de proteção do Estado e da nação (organismos passíveis de contaminação) contra o comunismo.

Dessa maneira, os teóricos do período aproximaram as ideias de necessidade de segurança com a doutrina de contrarrevolução<sup>4</sup>. Ou seja, além de reforçar os aportes teóricos de proteção e da disseminação do ideário de Segurança era necessário também buscar introduzir políticas que confrontassem os “inimigos” e os mostrasse incapazes perante o poderio capitalista ou anticomunista.

52

Os fundamentos dessa Doutrina de Segurança Nacional se modificam perante o cenário mundial, configurando-se na noção de segurança coletiva, de uma segurança hemisférica, ampliando a noção desde a Doutrina Monroe<sup>5</sup>. Essa segurança considerada neste momento coletiva, se configurou frente a ameaça comunista que “obrigou” os Estados Unidos a lançarem um programa de assistência militar em vários países americanos, inclusive no Brasil.

Assim, desde aí, a segurança dos Estados Unidos esteve ligada à segurança do bloco ocidental, uma vez que, com o clima permanente de guerra fria, um sistema de segurança isolado não era mais admissível no mundo capitalista. (BORGES, 2003: 24).

---

4 PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Cívico-Militar. 2005. 876 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 184

5 A Doutrina Monroe foi proferida pelo presidente James Monroe no dia 02 de dezembro de 1823, no Congresso norte-americano.

O clima de Guerra Fria faz entender o conceito de guerra em todos os seus parâmetros, primeiro fazendo apelo a todas as formas de participação, eliminado de seu caráter a neutralidade ou a ambiguidade. Segundo a ideia de guerra total, é possível identificar o conflito dentro e fora das fronteiras nacionais, podendo este ser gerado tanto no exterior quanto no interior, criando aqui o conceito de “inimigo interno e inimigo externo”.

A formulação dessa Doutrina de Segurança Nacional passa por diversas etapas, desde a sua fundação até a colocação em prática de seus objetos políticos no meio social. Apesar das mudanças, o elemento fundamental - considerado o conflito ideológico - se mantém, possibilitando assim uma guerra total entre Ocidente e Oriente.

Além do conflito ideológico, outro elemento de importância a se considerar é a geopolítica na conjuntura internacional. Segundo alguns pensadores brasileiros, que estudaram a origem da palavra (geo = terra, política=arte de governar) o objetivo dessa pode estar em tentar dar teoria à uma marca política e não apenas ou somente geográfica.

Segundo Golbery Couto e Silva:

[...] “a geopolítica é uma arte que se filia à política e, em particular, à estratégia ou política de segurança nacional. A geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo – o do espaço físico. Este deve ser o elemento, não exclusivo por certo, mas sim dominante [...]”.<sup>6</sup> (In BORGES, 2003: 26).

A geopolítica, dentro dessa caracterização se apresenta como uma teoria do e para o Estado, mas para um Estado de características militares, com uma teoria de Estado absoluto, de poderio. De um Estado que se caracteriza pela vontade de um líder ditador ou de um grupo coletivo ditatorial, como é o caso das Forças Armadas, modelando-se a partir da vontade de poucos e articulando estas à vida social de uma sociedade inteira.

Essa geopolítica se fundamenta no conceito de ditadura soberana, elaborada por um jurista alemão chamado Karl Schmidt. A base desse conceito se articula do ideário de que o direito, ou conjunto de regras que rege a sociedade não se baseia somente em normas gerais e sim no regimento de múltiplas situações, podendo

---

6 Palavras do general Golbery do Couto e Silva, importante ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, ocupante de cargos estratégicos no regime militar pós 1964. Golbery também foi quem criou o sistema de informação e segurança dos governos e principal estrategista na elaboração do processo de abertura política.

estas serem individuais ou coletivas<sup>7</sup>.

Assim, o governo passaria a ser absoluto e encarregado de tomar todas as decisões, sendo estas em momentos de crise ou não. Podendo ainda suspender ou criar novas constituições legais, a fim de seguir seus preceitos.

“A ditadura soberana se caracteriza não somente pela usurpação do poder (golpe militar), mas também pela concentração em suas mãos de todos os poderes e funções do Estado (a manutenção do regime).” (BORGES, 2003: 27).

Desse modo, foi a partir dessa concepção de geopolítica, ligado a Segurança Nacional e ao conceito de ditadura soberana que o grupo cívico-militar toma a liderança do governo em 1964, se utilizando do poder de governar e concentrando de forma considerada legal pelos “olhos da lei”, ou seja, com todo o aparato de Atos, Leis, Constituições conseguem se manter no poder por mais de 15 anos, sem surgir nesse meio tempo um grupo forte capaz de derrubar o governo e instaurar um modelo político democrático.

Além de todas as características já citadas, a geopolítica dentro dos países latino-americanos no período trabalha com as chamadas “fronteiras ideológicas”. Estas não delimitam um território nacional do outro separando os Estados-Nação, e sim separa os povos dentro das nações, devido os divergentes modelos ideológicos existentes. Desse modo, os militares se colocam em pontos estratégicos dentro das nações, aonde podem controlar através de ações civis, toda a sociedade.

Nos governos militares, surgidos nos anos 60 dentro da América Latina, a geopolítica se fundamenta na concepção bélica e se sobrepõe na ciência política, ou seja, o sentimento de defesa, de guerra, de luta, torna-se de maior importância se comparado ao sentimento político. Pois a política passa a ser absorvida pelas estratégias criadas pelos militares. Assim;

“Toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança, sendo que as esferas militares e políticas são indissoluvelmente ligadas de maneira que a política deixa de ser a *arte civil* para se transformar em *arte militar*.” (BORGES, 2003, p. 28).

Neste contexto denominado arte militar<sup>8</sup>, a política torna-se o elemento

---

7 BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 26.

8 Arte Militar: a expressão neste sentido quer se relacionar ao poderio militar durante os anos da ditadura no cenário político brasileiro.

fundamental para a manutenção do poder por parte dos participantes da instauração do golpe. Assim a guerra interna com a busca e a eliminação incessante do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta para impor a chamada segurança nacional no país.

Com estreita ligação entre a manutenção do poder militar e a Doutrina de Segurança, a obtenção dos objetivos nacionais passam a ser realizados pelo desenvolvimento da competição política que surge com o novo cenário global, pautado nas novas estratégias de guerra e de luta interna, transformando assim o país em um cenário de luta política que não abre espaços para novas negociações.

A guerra interna é, pois, uma guerra total e permanente, o que vai atribuir um forte papel, na sociedade civil, aos aparelhos de segurança e informações que agem, preferencialmente, pela violência, com suas táticas de guerra e métodos desumanos (tortura física). (BORGES, 2003: 28).

A guerra total, que foi o contexto institucionalizado durante a manutenção da política da Doutrina de Segurança Nacional, defende a ideia de que as ações tomadas frente à população não são somente militares, mas também psicológicas, que definem a forma de agir das lideranças governamentais do país.

55

Essas ações psicológicas são necessárias à Doutrina para que seu projeto seja incorporado e desempenhado, pois nessa guerra tratava-se de aniquilar moralmente os inimigos e de assegurar que essa oposição não se colocasse contra a projeção política da Doutrina de Segurança Nacional.

No Brasil, a Doutrina serviu como base ideológica do regime militar implantado em 1964 e contribuiu para a formação do aparato de informações da nova ordem constitucional do país. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado logo após a efetivação do golpe, no governo de Castelo Branco e foi a forma criada pelos militares para tentar controlar os “inimigos internos”.

Esse Serviço de Informações passa a concentrar dentro do país todo e qualquer tipo de informação e de tratar de assuntos internos e externos. O grupo assim passa a assumir uma superioridade no bloco do poder, tendo em vista a função de coletar, analisar e julgar as informações pertinentes para a contenção dos inimigos do regime.

“Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro [...]”. (BORGES, 2003: 37).

Além desta linha de discussão sobre o terrorismo, outra linha de interpretação

surge dentro do contexto de governo militar e da Doutrina de Segurança Nacional, que coloca os chamados “inimigos internos”, ou seja, os adeptos ou simpatizantes do comunismo, como os protagonistas desse terrorismo. A partir das colocações sobre o conceito de Terror de Estado, de guerra, pode-se começar a traçar um dos objetivos ou talvez uma justificativa da Doutrina de Segurança Nacional em não realizar a escolha dos dirigentes da população através da eleição popular. Pois, segundo essa Doutrina, o inimigo e o próprio ato de agressão surgem do grau de entendimento político e socioeconômico do povo, e somente as pessoas que atingem um “certo patamar”, considerado por eles um grau de preparação e experiência, possuindo os saberes militares ou políticos de como agir, podem ter legitimidade do poder no país.

Assim, os dirigentes nomeados pelo corpo militar precisam impor sua autoridade perante a nação. Para isso estes se utilizam de meios como a força política e a censura em meios de comunicação, mantendo a ordem pública e impedindo ações subversivas contra o governo. Neste sentido, tomemos, por exemplo, o objeto de pesquisa do presente trabalho, ou seja, a nomeação de governantes em capitais de estados ou em áreas consideradas de Segurança Nacional, como é o caso das Estâncias Hidrominerais. Eles eram nomeados com a finalidade de proteger e manter a ordem de tais áreas ou regiões, sendo estas muitas vezes de alto valor econômico ou ponto estratégico para o Estado, fundamentado e legislado através da lei de Segurança Nacional e Decretos Leis que regulamentavam cada situação em sua particularidade. Dessa forma, toda e qualquer decisão ou ação de cunho político estava em poder dos militares, ou seus prepostos, evitando que se desenvolvessem grupos inimigos.

Assim, da base ideológica do regime militar decorrem várias ações que afetam distintos setores sociais, pois a prática das eleições indiretas para presidente, e a de nomeação de governadores, prefeitos de capitais e das áreas de Interesse de Segurança Nacional, era uma forma de privar o povo brasileiro da escolha de seus representantes.

No Brasil, a Doutrina serviu como base ideológica do regime militar implantado em 1964 e contribuiu para a formação do aparato de informações da nova ordem constitucional do país. O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi criado logo após a efetivação do golpe, no governo de Castelo Branco e foi a forma criada pelos militares para tentar controlar os “inimigos internos”. Esse órgão passa a concentrar dentro do país todo e qualquer tipo de informação e de tratar de assuntos internos e externos. O grupo assim passa a assumir uma posição privilegiada no

bloco do poder, tendo em vista a função de coletar, analisar e julgar as informações pertinentes para a contenção dos inimigos do regime. Resumindo, “Na prática, a Doutrina, através de seus conceitos, princípios e fundamentos, permeou, durante os governos militares, toda a estrutura do poder público brasileiro” (BORGES, 2003: 37).

Dentro da estruturação política dos governos militares brasileiros, a Doutrina de Segurança serviu para abolir dois princípios fundamentais do regime democrático: a subordinação dos militares ao poder civil, pois agora eles estavam no alto patamar governamental; e a não intervenção no processo político, pois agora a política estava toda fundamentada no conceito de segurança contra os inimigos submetidos aos militares. Durante todo o governo militar e a manutenção da Doutrina de Segurança, os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação dos governantes militares. Pois além do povo não poder escolher seus representantes, a manutenção do sentimento de terror, através das torturas e perseguições faziam com que a maioria dos brasileiros aceitassem as determinações sem se manifestar contra.

Assim, na medida em que a Doutrina era difundida pela sociedade, o governo militar articulava uma estrutura jurídica forte e fundamentada nos preceitos de defesa da nação, impondo, a todos, as suas ideias e regimentos, perseguindo os chamados “inimigos”, fundamentado nos aparatos do Terror criado pelo Estado.

57

### **Considerações Finais**

A Doutrina de Segurança Nacional, baseada no conceito de segurança Nacional e disseminada na sociedade pela política de defesa dos Estados Unidos, fundamentou todos os governos militares surgidos na América Latina. Esses governos surgiam com o objetivo de ordenar o país, protegendo toda a nação contra o inimigo, considerado por essa política; os adeptos ao comunismo.

Esse modelo político instaurado chegou às forças governamentais através da instrução dada aos militares através das Escolas de guerra que eram ministradas pelos norte americanos. No caso brasileiro foi a Escola Superior de Guerra a responsável pela orientação dada aos militares e civis que mais tarde vão ser os protagonistas do golpe de 1964.

No Brasil, a permanência do regime militar no país se deve a duas características: primeira; a existência de uma ideologia que ultrapassa as particulares nacionais e mantém a estrutura e coerência política através da base constitucional



criada para manter os militares no governo brasileiro. Segunda; a utilização da política do Terror do Estado, que advinha do uso de torturas psicológicas e também físicas, causando medo da população em geral.

Dentro da estruturação política dos militares brasileiros, a Doutrina de Segurança serviu para abolir dois princípios fundamentais do regime democrático: a subordinação dos militares ao poder civil, pois agora eles estavam no alto patamar governamental; e a não intervenção no processo político, pois agora a política estava toda fundamentada no conceito de segurança contra os inimigos submetidos aos militares.

Assim, a base ideológica do regime militar decorrem várias ações que afetam distintos setores sociais, pois, a prática das eleições indiretas para presidente, e a de nomeação para governadores, prefeitos de capitais e prefeitos das Áreas de Interesse de Segurança Nacional, era uma forma de dizer que o povo brasileiro não sabia escolher seu representante. Disseminado a ideia de que isso era uma forma de se defender contra os “inimigos internos” que poderiam chegar ao poder.

Durante todo o governo militar e a manutenção da Doutrina de Segurança, os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação dos governantes militares. Pois além do povo não poder escolher seus representantes, a manutenção do sentimento de terror, através das torturas e perseguições faziam com que a maioria dos brasileiros aceitassem as determinações sem se manifestar contra.

Dessa maneira, o objeto de estudo desse artigo que era analisar a trajetória e fundamentação da Doutrina de Segurança Nacional foi discutido, utilizando como foco de discussão o golpe militar brasileiro. Portanto, o que de fato precisa ser levado em consideração é a forma como o poder foi manipulado e controlado pelos militares, e a não efetivação dos direitos legais do povo brasileiro, que não teve opção de escolha política durante os anos analisados.

### **Referências Bibliográficas**

BORGES, Nilson. *A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMBLIN, Pe. J. *A Ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.pg. 103 á 149.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul-dez. de 2009, pp. 831-856. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php;antiteses>.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES Jr., João. *História dos Conceitos: dois momentos de um encontro intelectual*. IN: Jasmin, Marcelo Gantus & FERES Jr., João (org). *História dos Conceitos; debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. (p. 9-38).

KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos e história social*. \\\ “Espaço de experiência” \\\ e \\\ “horizonte de expectativa” \\\ : duas categorias históricas. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.

PADRÓS, Henrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Cívico-Militar*. 2005. 876 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.188p.

59

TAPIA, 1981, p. 161; In, BORGES, Nilson. *A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.